

Relatório do Primeiro
Levantamento de Ações do
**PROGRAMA
FEDERAL DE
AÇÕES AFIRMATIVAS**

JUNHO DE 2024

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Luiz Inácio Lula da Silva

VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Geraldo Alckmin

MINISTRA DA IGUALDADE RACIAL

Anielle Franco

MINISTRA DAS MULHERES

Aparecida Gonçalves

MINISTRA DA GESTÃO E INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS

Esther Dweck

MINISTRO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA

Silvio Almeida

MINISTRA DOS POVOS INDÍGENAS

Sonia Guajajara

MEMBROS DO COMITÊ GESTOR

MINISTÉRIO DA IGUALDADE RACIAL

Márcia Regina de Lima Silva

Layla Daniele Pedreira de Carvalho

CASA CIVIL

Cecília Bizerra Souza

Marcos Fábio Cardoso de Faria

MINISTÉRIO DOS POVOS INDÍGENAS

Eliel Benites

Altaci Corrêa Rubim

MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA

Antônio José Nascimento Ferreira

Anna Karla da Silva Pereira

MINISTÉRIO DA GESTÃO E INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS

Barbara Cristina da Silva Monteiro

Ana Paula Sampaio Volpe

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

Anderson Luiz Alves de Oliveira

Danielle Cavagnolle Mota

MINISTÉRIO DAS MULHERES

Carmen Helena Ferreira Foro

Maria Luiza Rodrigues de Aquino

ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ENAP

Iara Cristina da Silva Alves

Fabiany Glaura Barbosa

Autoria

Layla Daniele Pedreira de Carvalho
Ana Carolina Freitas de Andrade Saboia

Design

Tabata Matheus
Jefferson Cruz Acácio

RESUMO

O Programa Federal de Ações Afirmativas (PFAA), instituído pelo Decreto nº 11.785/2023, tem por objetivo promover direitos e a equiparação de oportunidades por meio de ações afirmativas destinadas às populações negra, quilombola e indígena, às pessoas com deficiência e às mulheres no âmbito da administração pública federal.

Até o dia 24 de junho de 2024 o MIR recebeu 75 formulários respondidos relativos às ações afirmativas inseridas em Políticas Meio e 253 formulários respondidos relacionadas às ações afirmativas em Políticas Finalísticas, **totalizando 328 formulários respondidos**.

As respostas vieram de vinte órgãos da administração pública, sendo 18 Ministérios respondentes sobre suas ações afirmativas em políticas finalísticas e 11 sobre políticas meio.

Com relação aos grupos beneficiários das ações afirmativas em políticas meio, das ações descritas, 73% têm as mulheres como público; 66%, pessoas negras e 56%, pessoas com deficiência.

No caso das políticas finalísticas, 56,5% têm as mulheres como público prioritário; 51%, as pessoas negras; e pessoas indígenas, 41%.

O objetivo do PFAA “Promover a inclusão de pessoas negras, quilombolas, indígenas, pessoas com deficiência e mulheres por meio de políticas públicas de ações afirmativas para fins de reparação, valorização e acessibilidade” (art. 4º, I) é o mais citado entre as políticas meio (72%) e as políticas finalísticas (74%).

Ao longo dos próximos meses a análise dos dados será aprofundada, assim como a consolidação das ações e a formação de um plano coordenado de ação da administração pública federal voltado para as populações negra, quilombola e indígena, às pessoas com deficiência e às mulheres.

**Análise
preliminar dos
dados recebidos**

AÇÕES AFIRMATIVAS EM POLÍTICAS MEIO

O objetivo do formulário enviado a cada servidor indicado como ponto focal do PFAA foi o de descrever uma ação afirmativa que vem sendo realizada ou planejada pelo órgão, especificamente com relação às ações voltadas aos beneficiários de políticas públicas meio, aquelas que constituem a organização do próprio órgão, não sendo voltados para o seu público externo. No Decreto nº 11.785/2023, estão elencados, entre outros, os aspectos de gestão de pessoas, compras e contratações voltadas para o funcionamento do Ministério

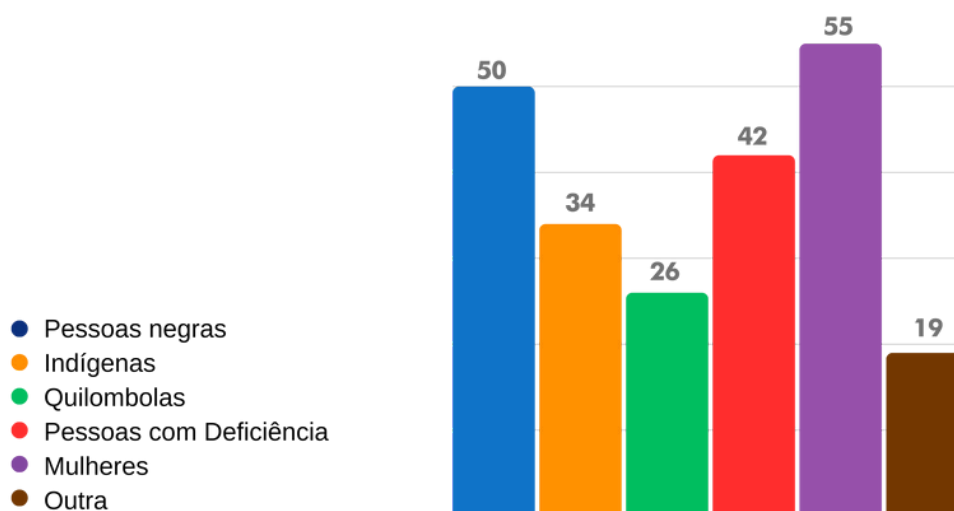
Para cada ação afirmativa um formulário foi preenchido. O conjunto dos formulários se constituirá no Plano de Ação de cada órgão. Foram recebidos 75 formulários de ações afirmativas desempenhadas ou em planejamento de políticas de gestão, conforme será apresentado a seguir.

Quadro 1 - Órgãos respondentes:

Ministério da Agricultura e Pecuária
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
Ministério da Educação
Ministério da Fazenda
Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos
Ministério da Saúde
Ministério das Relações Exteriores
Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar
Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Ministério do Planejamento e Orçamento

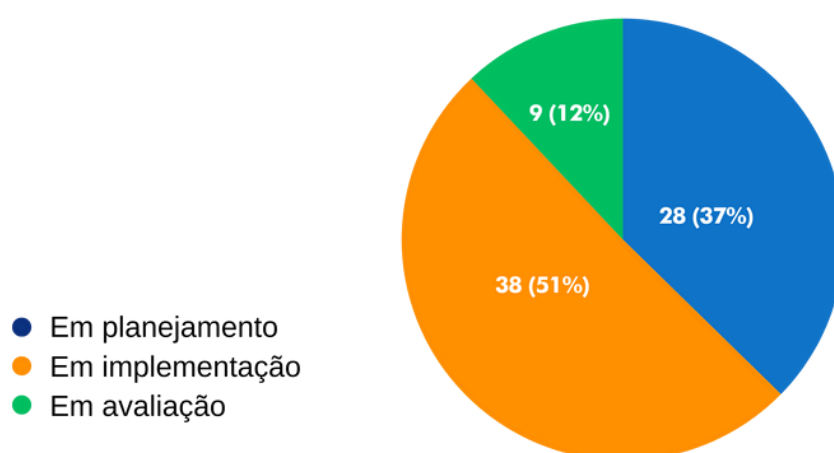
Com relação aos principais grupos beneficiários das ações afirmativas em políticas meio, destacam-se em primeiro lugar as mulheres, em 55 das ações, o que corresponde a 73% das ações, seguidas pelas pessoas negras, em 50 ações (66%), e as pessoas com deficiência, em 42 ações afirmativas (56%). É importante destacar que nessa pergunta estava facultado aos respondentes selecionar múltiplos públicos, seguindo a lógica de que as ações afirmativas podem e devem observar a interseccionalidade.

Gráfico 1 - Beneficiários da ação afirmativa em políticas públicas meio da administração pública federal:



No que tange à etapa da política pública meio em que a ação afirmativa se encontra, verificou-se o seguinte resultado: 51% estão em implementação, 37% em planejamento e 12% em avaliação. Esses dados indicam que já há esforços avançados nas políticas internas dos Ministérios para a promoção dos públicos prioritários do PFAA.

Gráfico 2 - Fase da política pública meio da ação afirmativa:



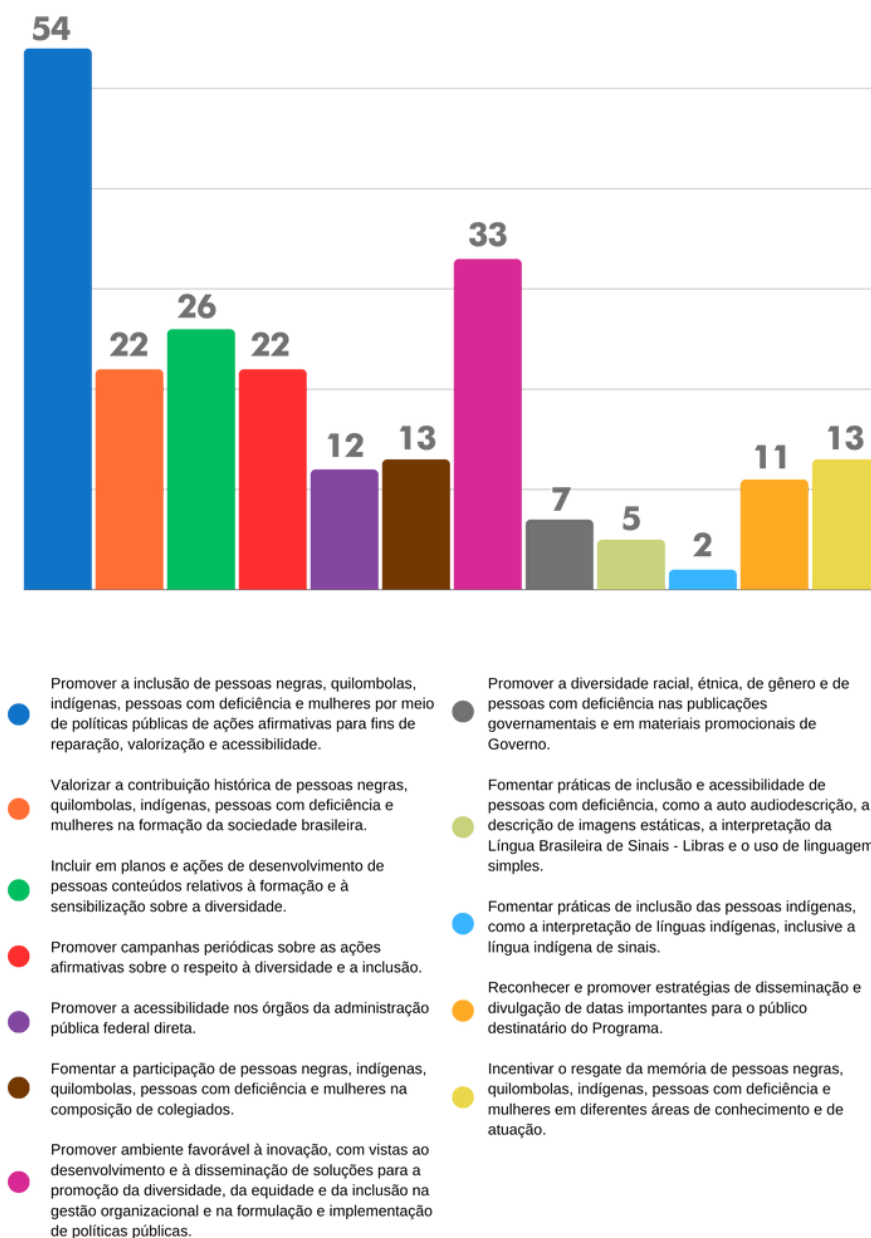
Na questão aberta que perguntava sobre os objetivos pretendidos pela ação afirmativa e sobre os quais os respondentes tinham o campo aberto para redigir, as seguintes expressões foram as mais frequentes, conforme demonstrado na nuvem de palavras a seguir. As palavras “diversidade” e “inclusão” foram citadas respectivamente, 30 e 25 vezes, o que pode indicar que as ações desenvolvidas nas políticas meio estejam vinculadas a programas de diversidade dentro dos órgãos.

25 respondentes (34%) responderam inclusão.



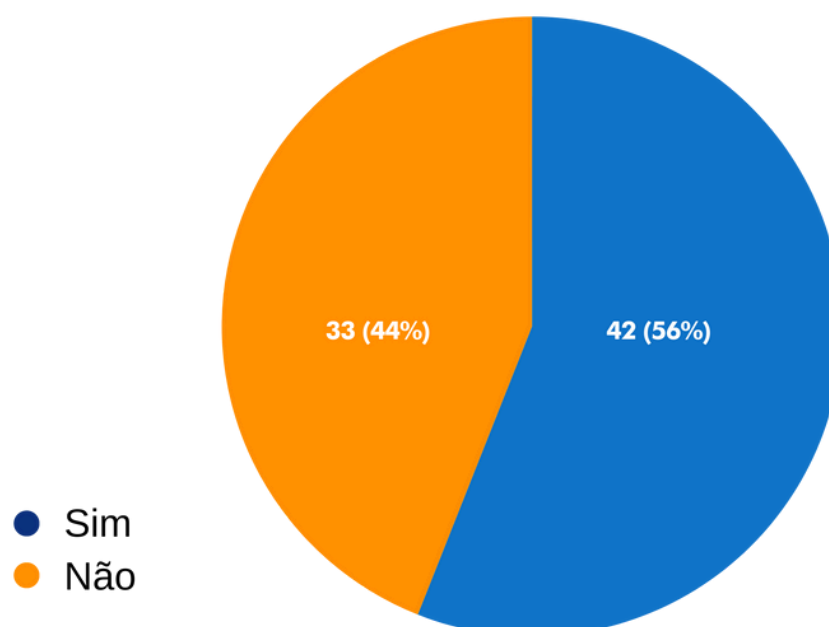
Quando considerados os objetivos pretendidos e sua relação com os objetivos propostos pelo PFAA, merece destaque a categoria “Promover a inclusão de pessoas negras, quilombolas, indígenas, pessoas com deficiência e mulheres por meio de políticas públicas de ações afirmativas para fins de reparação, valorização e acessibilidade”, presente em 54 ações (72%). Vale ressaltar que, nessa categoria, os respondentes podiam escolher múltiplas alternativas como resposta.

Gráfico 3 - Relação dos objetivos pretendidos entre a ação afirmativa em política pública meio e os objetivos do PFAA:



Com relação à disponibilidade orçamentária para as ações afirmativas em políticas meio, sua maioria tem orçamento garantido, considerando que 42 dos respondentes disseram haver orçamento previsto, enquanto 33 informaram não haver orçamento para a ação afirmativa em análise.

Gráfico 4 - Previsão orçamentária para execução da ação afirmativa:



AÇÕES AFIRMATIVAS EM POLÍTICAS FINALÍSTICAS

O objetivo do formulário enviado a cada servidor indicado como ponto focal do PFAA foi o de descrever uma ação afirmativa que vem sendo realizada ou planejada pelo órgão, especificamente com relação às ações voltadas aos beneficiários de políticas públicas finalísticas, aquelas voltadas para as competências dos órgãos ao seu público externo.

Para cada ação afirmativa um formulário foi preenchido. O conjunto dos formulários se constituirá no Plano de Ação de cada órgão. Foram recebidos 253 formulários de ações afirmativas desempenhadas ou em planejamento de políticas finalísticas, conforme será apresentado a seguir.

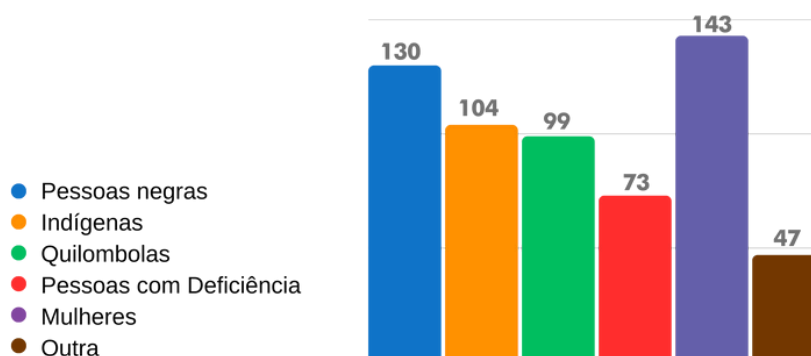
Quadro 2 - Órgãos respondentes e quantidade de ações afirmativas em políticas finalísticas:

Advocacia-Geral da União
Controladoria-Geral da União
Ministério da Agricultura e Pecuária
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
Ministério da Cultura
Ministério da Educação
Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos
Ministério da Igualdade Racial
Ministério da Saúde
Ministério das Cidades
Ministério das Comunicações
Ministério das Relações Exteriores

Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar
Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome
Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços
Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Ministério dos Povos Indígenas
Ministério dos Transportes

Com relação aos beneficiários das ações afirmativas, merece destaque a categoria de mulheres, com 143 ações mapeadas (56,5%), seguida pelas pessoas negras, com 130 (51,3%), e pessoas indígenas, com 104 (41%). É importante destacar que nessa questão estava facultado aos respondentes selecionar múltiplos públicos, seguindo a lógica de que as ações afirmativas podem e devem observar a interseccionalidade.

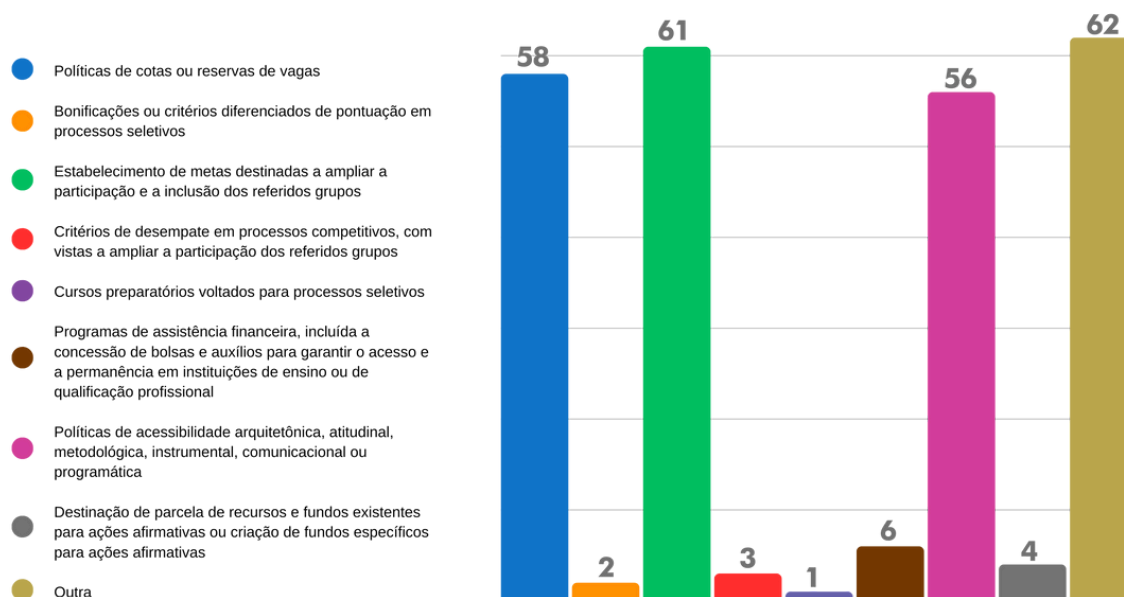
Gráfico 5 - Beneficiários da ação afirmativa da administração pública federal:



A adesão às modalidades propostas pelo Programa Federal de Ações Afirmativas por parte das ações afirmativas em políticas finalísticas segue apresentada a seguir. É importante destacar que o rol proposto pelo programa não é exaustivo e outras modalidades podem ser utilizadas, imbuídas do mesmo direcionamento de promover oportunidades e inclusão no âmbito do Estado brasileiro.

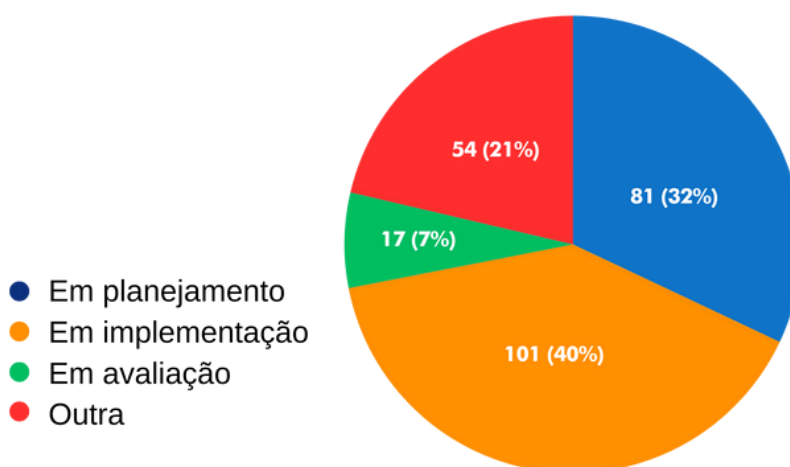
Três categorias se destacam entre aquelas com uma maior quantidade de ações propostas: 22% das ações são políticas de acessibilidade arquitetônica e atitudinal; 23% ações são cotas destinadas ao público beneficiário do PFAA; 24% ao estabelecimento de metas para a participação e inclusão do público beneficiário. Há ainda a categoria “Outra” que somou 24% e precisa ser ainda analisada em profundidade para que se entenda e classifique as ações propostas e suas possíveis aproximações.

Gráfico 6 – Modalidades de ação afirmativa (Políticas Finalísticas):



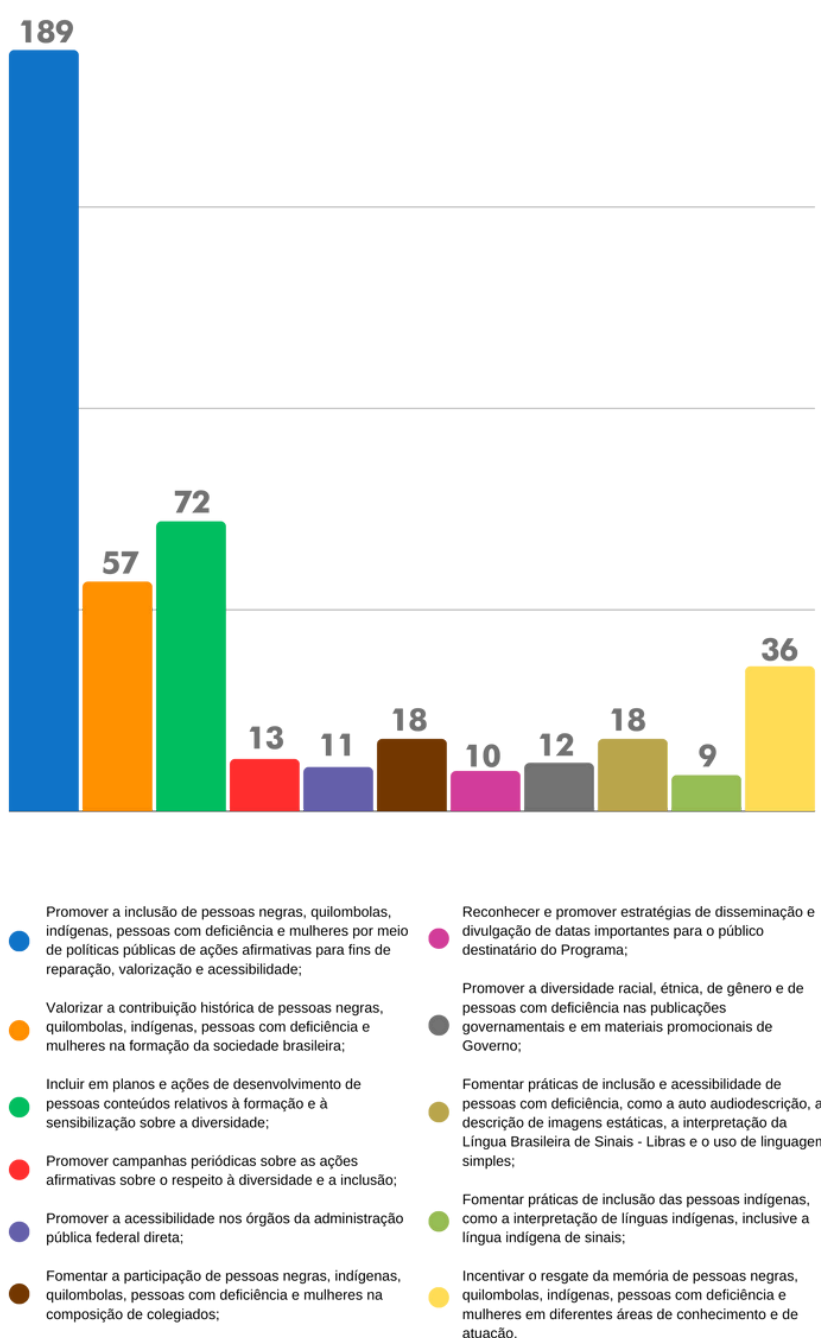
Com relação ao momento de implementação das ações afirmativas em políticas finalísticas, 40% delas encontra-se em implementação (101) e 32% em planejamento (81), conforme o gráfico a seguir:

Gráfico 7 - Fase da ação afirmativa em políticas públicas finalísticas:



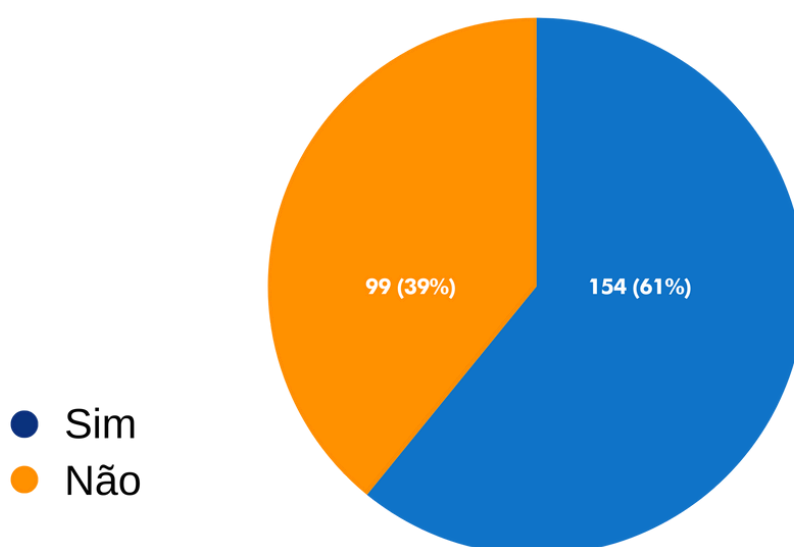
No que tange aos objetivos pretendidos e sua relação com os objetivos propostos pelo PFAA, merece destaque a categoria “Promover a inclusão de pessoas negras, quilombolas, indígenas, pessoas com deficiência e mulheres por meio de políticas públicas de ações afirmativas para fins de reparação, valorização e acessibilidade”, presente em 189 ações, o que corresponde a 74% delas. Vale ressaltar que nessa categoria, os respondentes podiam escolher múltiplas alternativas como resposta.

Gráfico 8 - Relação dos objetivos pretendidos entre a ação afirmativa e os objetivos do PFAA:



Com relação à viabilidade orçamentária para as ações afirmativas em políticas finalísticas, sua maioria tem orçamento garantido, considerando que 61% das ações possuem orçamento previsto, enquanto 39% não contam com orçamento para execução da ação afirmativa.

Gráfico 9 - Previsão orçamentária para execução da ação afirmativa em política pública finalística:



Ao longo dos próximos meses a análise dos dados será aprofundada, assim como a consolidação das ações e a formação de um plano coordenado de ação da administração pública federal voltado para as populações negra, quilombola e indígena, às pessoas com deficiência e às mulheres.

CONTEXTO

Este documento visa dar início ao processo de divulgação das ações afirmativas apresentadas pelos órgãos da administração pública federal direta na consulta realizada entre janeiro e junho de 2024, no âmbito do Programa Federal de Ações Afirmativas (PFAA).

O Programa Federal de Ações Afirmativas, instituído pelo Decreto nº 11.785/2023, tem por objetivo promover direitos e a equiparação de oportunidades por meio de ações afirmativas destinadas às populações negra, quilombola e indígena, às pessoas com deficiência e às mulheres.

Considerando a abrangência do Decreto nº 11.785/2023, bem como os prazos estabelecidos por este normativo, no dia 8 de maio foi realizada uma Oficina para os servidores indicados como pontos focais de todos os órgãos da administração pública federal direta com relação ao PFAA.

Nesta ocasião, os pontos focais foram capacitados para atuar como as pessoas de referência dentro de cada um dos órgãos para apresentar o programa às áreas de cada ministério, compartilhar os formulários e atuar como os interlocutores junto ao órgão coordenador do Comitê Gestor do PFAA, o Ministério da Igualdade Racial.

Após a capacitação, os formulários para preenchimento das ações afirmativas foram compartilhados com os pontos focais indicados no dia 9 de maio, para que dessem início ao processo de reflexão e registro sobre as ações afirmativas em implementação ou em planejamento dentro de seus órgãos. Desde esse momento, o Ministério da Igualdade Racial, por meio de sua Diretoria de Políticas de Ações Afirmativas, vem recebendo os formulários para organizar o levantamento das ações afirmativas do governo federal.

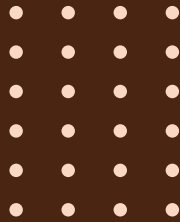
Até o dia 24 de junho de 2024 o MIR recebeu 75 formulários respondidos relativas às ações afirmativas inseridas em Políticas Meio e 253 formulários respondidos relacionadas às ações afirmativas em Políticas Finalísticas, totalizando 328 formulários respondidos do PFAA. As respostas vieram de vinte órgãos da administração pública, sendo 18 ministérios respondentes sobre suas ações afirmativas em políticas finalísticas e 11 sobre políticas meio.

É importante lembrar que o PFAA conta com um Comitê Gestor que tem a atribuição de apoiar, propor diretrizes e monitorar a implementação do programa, entre outras. Este Comitê Gestor é composto por sete ministérios, sob a coordenação do MIR e da Enap.

A equipe da Diretoria de Políticas de Ações Afirmativas irá trabalhar nas análises sobre os dados informados pelos órgãos. Nesse mesmo sentido, a partir de agosto o Comitê Gestor do PFAA irá propor aos órgãos reuniões bilaterais para a validação dos Planos de Ação. Estes encontros serão realizados com o objetivo de discutir as ações, aprimorá-las e chegar a um acordo sobre quais ações devem compor o plano de ação do PFAA de cada órgão.

É importante ressaltar que esta é uma primeira aproximação aos dados coletados com base nas respostas dos órgãos como forma de dar visibilidade às informações iniciais recebidas pelo Comitê Gestor. Essas respostas seguirão em análise e categorização para um diagnóstico mais aprofundado das ações afirmativas existentes no âmbito da APF.

ENAP



MINISTÉRIO DOS
POVOS INDÍGENAS

MINISTÉRIO DAS
MULHERES

MINISTÉRIO DO
PLANEJAMENTO
E ORÇAMENTO

MINISTÉRIO DOS
DIREITOS HUMANOS
E DA CIDADANIA

MINISTÉRIO DA
GESTÃO E DA INOVAÇÃO
EM SERVIÇOS PÚBLICOS

MINISTÉRIO DA
IGUALDADE RACIAL

CASA CIVIL

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

